

ATA DA REUNIÃO DE CÂMARA SETORIAL DA MESA ESTADUAL DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS.

Aos 21 dias do mês de agosto de 2015, na Cidade Administrativa, na sede da Companhia de Habitação de Minas Gerais (Cohab Minas), realizou-se reunião de câmara setorial para tratar da proposta de acordo entre a Prefeitura de Jequitinhonha e as ocupações rurais instaladas na Fazenda Aurora. Conforme lista de presença anexa, tendo como princípio "Ouvir para Governar", foi discutida e deliberada a seguinte pauta:

Hélcio Borges abriu os trabalhos apresentando-se como coordenador da Secretaria Executiva da Mesa, passando em seguida a palavra para que todos os presentes se apresentassem.

Marco Túlio, representante da RuralMinas, relatou reunião de câmara setorial realizada no dia 7 de julho, na Prefeitura de Jequitinhonha, com a presença da prefeita Iracilda Dias da Silva, de representantes das ocupações e de integrantes da Mesa de Diálogo, na qual foram aprovados alguns encaminhamentos, entre os quais uma reunião com a Superintendência do Incra, visando o estudo de áreas na região para fins de Reforma Agrária, e assinatura de protocolo de intenções junto à Cohab Minas para a construção de empreendimento do programa *Minha Casa, Minha Vida* no município. Na ocasião, foi feita também uma visita ao Acampamento da Fazenda Aurora para conhecer a realidade dos ocupantes. Segundo ele, a presente reunião foi agendada com o objetivo de dar retorno desses encaminhamentos, bem como informar sobre a atual situação do conflito, sobretudo no que diz respeito à liminar expedida pelo juiz da Vara Local determinando a ação de reintegração de posse.

Segundo o Major Mendes, o comando local da Polícia Militar já recebeu ordem do juiz para apoiar a ação de reintegração de posse da **Fazenda Aurora**, ação essa que ainda não foi executada por estar aguardando o resultado das negociações da Mesa de Diálogo. Em vista disso, o juiz de Jequitinhonha enviou, no dia 14 de julho último, ofício ao Alto Comando da Polícia Militar informando que o comando local não havia cumprido a ordem judicial de apoiar os oficiais de Justiça na ação de reintegração de posse. No dia 23/07, o juiz encaminhou ofício à Polícia Federal informando que a PM, apesar de notificada, não havia cumprido a ordem judicial. Em resposta, o Major Mendes encaminhou ofício ao juiz no dia 05 de agosto passado, informando que o conflito estava sendo tratado na pauta da Mesa de Diálogo e que a PM tem que garantir tanto o direito do proprietário quanto o direito dos ocupantes.

Por se tratar de assunto relevante, o Major Mendes esclareceu que a Polícia Militar procura pautar todas as ações necessárias para evitar confrontos, lembrando que a PM não realiza a reintegração de posse, apenas faz valer a ordem do juiz, adotando várias ações antes do confronto, para evitar que a ação viole direitos humanos e a desocupação ocorra de forma pacífica. Afirmou que muitas pessoas não entendem o verdadeiro papel da polícia no cumprimento dessas liminares, frisando que as diretrizes adotadas buscam sempre evitar o uso da força, para não causar traumas. Manifestou sua esperança de que se encontre nesta reunião uma solução pacífica para o conflito, alegando que a polícia não tem mais prazo para dispensar o apoio aos oficiais de justiça no cumprimento da ordem judicial.

O representante da Sedpac, Wilton Soares Miranda, relatou visita feita ao acampamento, que fica situado entre o Rio Jequitinhonha e a rodovia, sem contudo entrar na área do Parque Nacional da Mata Escura. Nessa visita, diante da disposição manifestada pelas famílias de lutar pela Reforma Agrária, ele informou que essa é uma ação que compete ao Incra, que já está realizando estudos para verificar a possibilidade de disponibilizar terrenos na região para assentamentos futuros. Na mesma visita, alertou as famílias sobre a urgência em relação à liminar de reintegração de posse, esclarecendo que a Mesa de Diálogo não pode impedir seu cumprimento. Segundo ele, essa seria uma atribuição do Ministério Público, no sentido de embargar a liminar.

Cristiano Meireles, líder do MST, manifestou sua preocupação quanto ao alerta de que a Polícia Militar não tem mais como justificar o descumprimento da liminar de reintegração de posse. Informou que, do ponto de vista dos moradores do acampamento, há disposição em deixar o local, desde que o Incra se posicione no sentido de oferecer alternativas para o reassentamento das famílias. Manifestou ainda sua esperança de sair da reunião com alguma proposta para a solução do conflito.

A defensora pública Ana Claudia Alexandre afirmou que, no contexto de uma negociação em curso, é possível reverter o quadro de uma liminar de reintegração de posse. Informou que a Defensoria Pública já solicitou essa suspensão, alegando que o juiz da comarca local que a expediu não é autoridade competente, do ponto de vista jurídico, para julgar a ação, tendo em vista que a área envolve conflito rural, portanto, de competência da Vara Agrária. Segundo ela, o juiz alega que a liminar procede por envolver conflito ambiental.

Em relação aos argumentos do Major Mendes quanto à obrigatoriedade de cumprimento da liminar, a defensora disse que, do ponto de vista constitucional, deve prevalecer a equivalência dos Três Poderes, cada um com sua competência para garantir a ordem. Ao concluir sua fala, elogiou a criação da Mesa pelo Governo do Estado, afirmando ser uma ação inovadora no sentido de fortalecer o estado democrático, garantindo o acesso da sociedade nas negociações.

Vera Lúcia de Souza, moradora do acampamento da Fazenda Aurora, relatou que a ocupação, iniciada no dia 4 de maio deste ano, tem em torno de 150 famílias e que não causou dano algum ao meio ambiente e nem constitui risco ambiental, considerando que não atinge a área da Mata Escura. Fez um apelo à coordenação da Mesa, em nome de todas as famílias do acampamento, para que busque meios legais de suspender a ordem de despejo. Informou que os ocupantes já protocolaram no Incra a indicação de três terrenos cujos proprietários manifestaram interesse em negociar para implantação de Reforma Agrária.

Mônica Costa, também moradora do Acampamento Aurora, informou que foram feitas fotos da ocupação pela Polícia Florestal que demonstram que as barracas situadas na beira do rio são de lona, portanto provisórias, e que não há intenção de construir casas de alvenaria no local.

Aldenir Viana Pereira, representante da Seda, disse que se trata de área improdutiva e abandonada e que o juiz da Vara Agrária muitas vezes concede reintegração de posse onde não há posse da terra. Alegando que o Judiciário é lento para julgar os despachos que contestam as ações de despejo, afirmou que é preciso buscar

alternativas que acelerem esses processos. Uma alternativa, a seu ver, seria convidar o proprietário da Fazenda Aurora para uma reunião da Mesa, consultando-o se há possibilidade manter o acampamento em suas terras até que o Incra encontre uma área para o reassentamento dos ocupantes, possibilitando uma saída amigável. Ele citou o exemplo de Jequitaiá, que foi resolvido de forma pacífica por meio de diálogo com o proprietário.

O líder do MST questionou como resolver esse conflito judicialmente, considerando que está tudo errado no processo de reintegração. Alegou que a comarca local não tem competência para julgar a ação, pois a área ocupada não se encontra dentro da Mata Escura. Segundo ele, trazer o processo para a Vara Agrária não vai resolver, mas pode dar mais tempo, até que se defina uma solução.

A defensora pública afirmou que é preciso trabalhar o conflito considerando que o acampamento não se encontra em área de preservação ambiental e parte está em terreno cujos proprietários têm interesse em negociar. Nesse sentido, sugeriu que o Governo do Estado, através da AGE, solicite a suspensão da ação por um período necessário para que se faça uma análise jurídica detalhada, considerando que existe um processo de negociação aberto.

O representante do Incra, Antônio Augusto Miranda, disse ter recebido duas visitas da prefeita de Jequitinhonha, uma no início e outra no final do mês de julho deste ano, quando recebeu o relato da situação da ocupação. Na ocasião, foi solicitado ao Incra uma posição sobre a possibilidade de atender a demanda da ocupação rural em algum projeto de Reforma Agrária, ficando acertado que essa negociação seria tratada em reunião da Mesa de Diálogo. O representante do Incra esclareceu que não há possibilidade de adotar alguma ação nesse terreno, por se tratar de área de apenas 20 hectares, argumentando que projetos de reforma agrária não podem ser desenvolvidos em áreas com dimensão inferior a 1.000 hectares.

Segundo ele, os ocupantes já protocolaram no Incra a indicação de três terrenos com área superior ou equivalente a 2.000 hectares, cujos proprietários teriam manifestado interesse em negociar. Antônio Augusto afirmou que o Incra comprometeu-se a fazer uma análise prévia desses terrenos o mais breve possível, mas ponderou que, pelo histórico dos acampamentos no Estado, esses processos não se resolvem em curto espaço de tempo. Informou que, nessa análise, é preciso levar em conta a taxa de ocupação, se o preço proposto pelo proprietário pode ser negociado etc. Colocou-se, entretanto, à disposição para explicar esse passo a passo ao MST.

Para que as famílias possam permanecer no acampamento até a conclusão desse estudo, o representante do Incra propôs que a Mesa forme uma comissão para uma reunião com o proprietário da Fazenda Aurora, a exemplo do que aconteceu em Novo Cruzeiro, onde o proprietário aceitou a suspensão da execução do despejo, para que fosse negociado um acordo. Nessa reunião, o proprietário seria informado de que seu terreno não está sujeito à desapropriação para efeito de Reforma Agrária e que o Incra está estudando alternativas na região para o reassentamento dos ocupantes.

Ao final, a coordenação da Mesa definiu os seguintes encaminhamentos:

- Formar uma comissão para negociar com o proprietário do terreno da Fazenda Aurora a proposta de permanência dos ocupantes até o encaminhamento de soluções de reassentamento das famílias em áreas desapropriadas para Reforma Agrária.

- A comissão terá a seguinte composição: Coordenação da Mesa, Prefeitura de Jequitinhonha, Câmara Municipal de Jequitinhonha, Superintendência do Incra, SEDA, SEPLAG, SEDPAC, RuralMinas, Ministério Público, Defensoria Pública e MST.

- A Coordenação da Mesa fará o convite ao proprietário para a reunião, a ser realizada, se possível, ainda esta semana.

- Assim que for agendada a reunião, a Coordenação da Mesa comunicará a data ao Alto Comando da Polícia Militar.

- A ata desta reunião será protocolada no Fórum de Jequitinhonha como documento que ateste ao juiz da comarca local a existência de uma negociação entre as partes interessadas, no sentido de buscar uma solução pacífica para o conflito.

Belo Horizonte, 21 de agosto de 2015.